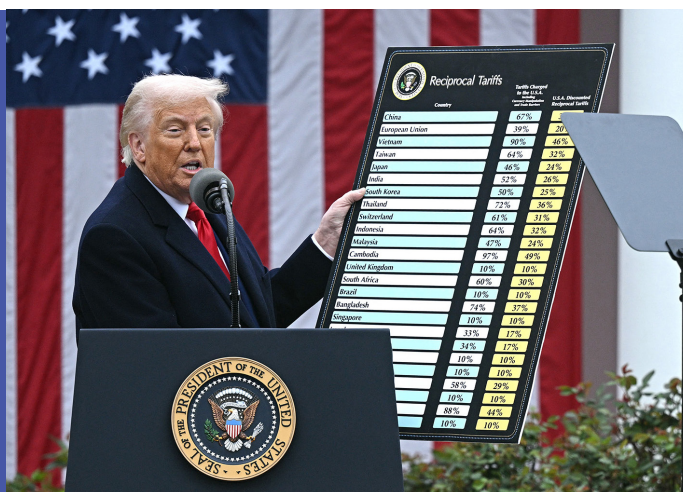


DIÁLOGO ABERTO

Guerra comercial: uma mudança de ordem mundial?



BRENDAN SMIALOWSKI/AFP/Getty Images

FIQUE SABENDO →

Trump anuncia novas tarifas, critica países e fala em “dia da libertação” dos EUA

Veja no vídeo do **Canal UOL** o discurso completo do presidente Donald Trump, no dia 2 de abril de 2025, a respeito da imposição de tarifas sobre produtos importados de dezenas de países. O vídeo, originalmente em inglês, tem tradução simultânea.

Declaração do Conselho de Consultores Econômicos da Presidência dos EUA

Os EUA fornecem o dólar e os títulos do tesouro, ativos de reserva que tornam possível o sistema financeiro e comercial global que sustentou a maior era de prosperidade que a humanidade já conheceu. Ambos os recursos têm um custo alto para nós. [...] O governo Trump já, em seus primeiros cem dias, agiu vigorosamente para reorientar nossas relações de defesa e comércio para colocar os americanos em uma posição mais justa. [...] A maioria dos economistas e alguns investidores descartam as tarifas como contraproducentes, na melhor das hipóteses, e devastadoramente prejudiciais, na pior. Eles estão errados.

MIRAN, Stephen. Pronunciamento na Casa Branca, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/2025/04/cea-chairman-steve-miran-hudson-institute-event-remarks/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

Trump, o MAGA e a supremacia americana

É curioso como, na análise das origens e das determinações dos problemas que afligem a sociedade e a economia americanas, o processo de financeirização e globalização, que teve como epicentro e motivação os interesses do Estado, das grandes corporações e do capital financeiro americanos, é ignorado. Por sua vez, a complexidade das implicações desses processos e de suas interrelações é ultrassimplificada. [...]

CARNEIRO, Ricardo. Trump, o MAGA e a supremacia americana. **Carta Capital**, 25 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/trump-o-maga-e-a-supremacia-americana/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Entenda a guerra de tarifas de Trump e as consequências para o Brasil

“A Ásia foi muito eficiente em desenhar políticas para desenvolver a indústria dela nos últimos 20 a 30 anos. Os governos do Vietnã, da Malásia, da Tailândia, da Indonésia, da China e até mesmo da Índia têm conseguido desenhar políticas de inovação e industriais com subsídios ao desenvolvimento tecnológico” [...].

LÉON, Lucas Pordeus. Entenda a guerra de tarifas de Trump e consequências para Brasil. **Agência Brasil**, 3 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/entenda-guerra-de-tarifas-de-trump-e-consequencias-para-brasil>. Acesso em: 14 jul. 2025.

EUA x China: a história da rivalidade entre as duas potências

Veja o vídeo da **BBC News Brasil** para compreender como Estados Unidos e China construíram uma história de rivalidade política e econômica.

Brics critica aumento de tarifas e ações que distorcem comércio global, sem citar Trump

“A economia global e os mercados financeiros têm sido cada vez mais sujeitos a incertezas elevadas e períodos de intensa volatilidade”, disse o bloco em trecho do texto, que possui 20 parágrafos.

“Expressamos nossas sérias preocupações com a imposição unilateral de ações relacionadas ao comércio e às finanças, incluindo o aumento de tarifas e medidas não tarifárias que distorcem o comércio e são inconsistentes com as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio)”, acrescentou.

[...]

Um dos parágrafos do comunicado fala sobre tributação, em defesa de um sistema mais inclusivo e eficiente. “Continuaremos a trabalhar juntos para um sistema tributário internacional justo, mais inclusivo, estável e eficiente, adequado para o século 21.”, afirmou.

GARCIA, Nathalia. BRICS critica aumento de tarifas e ações que distorcem comércio global, sem citar Trump. *Folha de S. Paulo*, 05 jul. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/brics-critica-aumento-de-tarifas-e-acoes-que-distorcem-comercio-global-sem-citar-trump.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Tarifa de 50%: Brasil ainda segue com maior taxa entre os países notificados por Trump

A tarifa de 50% anunciada sobre o Brasil na quarta-feira (9) ainda é a mais alta entre as novas taxas divulgadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

[...]

O anúncio de 50% sobre o Brasil foi recebido com espanto por especialistas, que classificaram a decisão como político-ideológica. “Não seria a primeira vez que os Estados Unidos usam a política tarifária para fins políticos”, disse o economista Paul Krugman, vencedor do Prêmio Nobel.

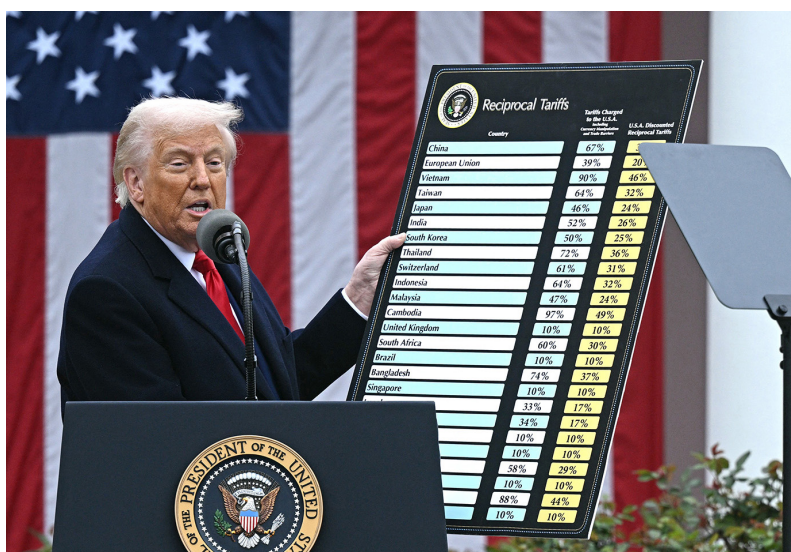
[...]

A carta enviada a Lula (PT), na qual justifica a elevação da tarifa, Trump citou Jair Bolsonaro (PL) e disse ser “uma vergonha internacional” o julgamento do ex-presidente no Supremo Tribunal Federal (STF).

TARIFA DE 50%: Brasil ainda segue com a maior taxa entre os países notificados por Trump; veja lista. **G1**, 12 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/12/tarifa-de-50percent-brasil-ainda-segue-com-a-maior-taxa-entre-os-paises-notificados-por-trump.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Guerra comercial: uma mudança de ordem mundial?

BRENDAN SMIALOWSKI/AFP/Getty Images



Ao enquadrar os Estados Unidos como país vitimizado pelas estruturas de comércio internacional, Donald Trump anuncia a imposição de sobretaxações a todos os seus parceiros comerciais no autodenominado “Dia da Libertação”. O país, no entanto, foi o principal arquiteto e beneficiário da ordem econômica global.

Batizado de “Dia da Libertação” pelo presidente Donald Trump, o anúncio do aumento generalizado das tarifas sobre importações nos Estados Unidos ganhou destaque mundial pouco após o centésimo dia de seu segundo mandato, no dia 2 de abril de 2025. A imagem do presidente empunhando uma cartolina no jardim da Casa Branca marcou simbolicamente o início de uma nova Guerra Comercial. As tarifas foram elevadas para produtos de quase todos os países (185 dos 193 reconhecidos pela ONU): 126 nações passaram a ter

uma taxação de 10%, enquanto outras 59 enfrentaram tarifas ainda mais altas – com destaque para China (34%), União Europeia (20%) e Japão (24%).

Apesar do estilo performático de Trump, que muitas vezes busca manter sua imagem em evidência por meio de medidas polêmicas, o dia 2 de abril de 2025 tornou-se um marco. Esse episódio pareceu indicar uma transição da ordem econômica global historicamente construída sob a liderança dos próprios Estados Unidos. De um lado, o caráter errático da política chamada de “tarifas recíprocas” expôs o governo Trump com recuos, tréguas e imprecisões: desde a taxação de ilhas inabitadas, até suspeitas sobre o uso de inteligência artificial na definição das alíquotas. De outro lado, as medidas não surgem isoladas, mas como expressão do desgaste das bases que sustentaram a globalização e o Neoliberalismo sob hegemonia estadunidense nas últimas décadas.

Embora não haja consenso sobre o futuro da ordem internacional – se haverá manutenção da hegemonia estadunidense, ascensão chinesa ou emergência de um sistema multipolar –, é evidente que os fundamentos da globalização neoliberal estão em crise. Conceitos como “desglobalização” e “pós-neoliberalismo” ganham espaço para explicar esse momento de transição, do qual a nova Guerra Comercial desponta como símbolo.

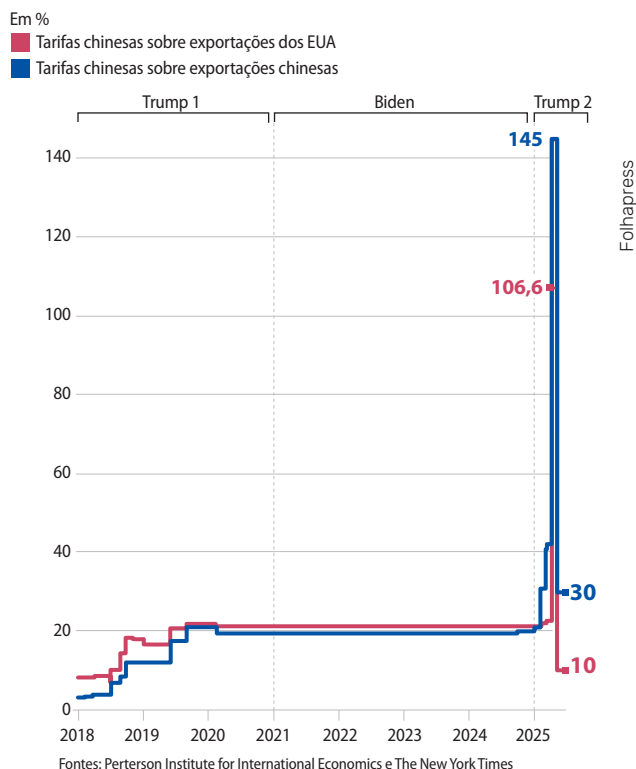
Esse cenário também se conecta a outros sinais vindos de lideranças globais variadas: a) a proposta do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, de substituir o dólar nas transações entre países do BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); b) as manifestações de Xi Jinping e Vladimir Putin, líderes da China e da Rússia, respectivamente, defendendo um novo modelo de cooperação multipolar durante o Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional, em 2023; c) o reconhecimento pelo então presidente dos EUA, Joe Biden, da emergência de uma nova ordem mundial diante da perda de influência

Graeme Snow/Shutterstock.com



Como possível sinal do caráter generalizado da medida e do descuido sobre o detalhamento da aplicação do tarifário, as ilhas inabitadas Heard e Macdonald, territórios australianos, também foram alvo da medida protecionista estadunidense.

Evolução das tarifas praticadas entre China e EUA



Inicialmente focada na China no primeiro governo de Donald Trump, o mantra de que “tarifa” seria “a palavra mais linda do dicionário” embasa não só um escalonamento das medidas protecionistas contra esse país no segundo governo, mas também a generalização de políticas restritivas a todos os parceiros comerciais.

das instituições criadas no pós-Segunda Guerra; d) a declaração de Josep Borrell, então chefe da diplomacia da União Europeia, sobre o fim da dominação ocidental.

Nesse artigo, vamos analisar, em primeiro lugar, o que caracteriza uma Guerra Comercial, segundo a perspectiva geopolítica e geoeconômica das relações internacionais, e, em seguida, discutir os antecedentes e o contexto histórico-geográfico que tornam a atual Guerra Comercial um símbolo de transformações profundas no sistema global.

A atividade comercial na geografia histórica do sistema mundial capitalista

O termo “Guerra Comercial” chama a atenção para o caráter de conflito presente em uma das engrenagens fundamentais do Capitalismo: o mercado. Desde sua origem, o sistema-mundo capitalista organizou-se superando as limitações do Feudalismo, caracterizado pela fragmentação política e pela atrofia econômica. No Feudalismo, o poder era dividido entre vários feudos com moedas, leis e tributos próprios, subordinados apenas nominalmente ao rei. A economia, por sua vez, girava em torno de circuitos locais, com trocas limitadas.

A centralização política e a unificação territorial impulsionaram a formação dos Estados Nacionais europeus, que passaram a estabelecer moedas, leis e forças armadas comuns, transformando o comércio em atividade central. As **Cruzadas** e a **Reconquista da Península Ibérica** abriram caminho para o fortalecimento das trocas entre Europa, Oriente e Américas, formando as bases do mercantilismo e da colonização. Assim, os Estados europeus recém-unificados competiram entre si durante o período conhecido como Grandes Navegações, buscando conquistar territórios ultramarinos e acumular riquezas, sobretudo metais preciosos como ouro e prata.

Nesse contexto, o comércio desenvolveu-se como principal fonte de lucro. Contudo, esse lucro não derivava apenas de fatores econômicos, mas, sobretudo, da dominação política das potências europeias sobre territórios colonizados, por meio da escravidão, da pilhagem de recursos e de práticas protecionistas – como o exclusivismo colonial, a imposição de balanças comerciais favoráveis e a taxação de importações nas metrópoles.

O mercantilismo foi a base funcional do Capitalismo comercial, mas acabou sendo substituído pelo liberalismo econômico com a Revolução Industrial. Se as Grandes Navegações foram fundamentais para conectar as partes do globo sob relações de dominação e protecionismo, a Revolução Industrial consolidou e intensificou a divisão internacional do trabalho. A aceleração da produção e da circulação de mercadorias passou a ocorrer sob os princípios liberais de livre iniciativa, livre comércio e livre concorrência.

Cruzadas

As Cruzadas foram expedições de caráter religioso, econômico e militar empreendidas por cristãos entre os séculos XI e XIII, ou seja, durante a Idade Média (quando a Igreja Católica tinha a hegemonia política e cultural no território atualmente definido como Europa). O objetivo era conquistar territórios então ocupados por muçulmanos, especialmente Jerusalém.

Reconquista da Península Ibérica

A Península Ibérica é formada pelos atuais Estados de Portugal, Espanha, Andorra, Gibraltar e uma pequena parte de territórios franceses. O território foi ocupado pelos muçulmanos em 711, e sua reconquista pelos cristãos só se concluiu no século XV, em 1492, com a queda do último líder muçulmano no reino de Granada. No entanto, os cristãos foram progressivamente retomando partes do território a partir do século VIII.



O desenvolvimento de técnicas de navegação estabeleceu bases materiais para os avanços das trocas intercontinentais mediadas por políticas mercantilistas a partir dos séculos XV e XVI.

Esse novo modelo impulsionou um crescimento exponencial dos fluxos materiais e informacionais, integrando o mercado mundial com tecnologias como teares a vapor, estradas de ferro, navios a vapor e telégrafos. Apesar da maior integração, esse mercado global não se consolidou de maneira homogênea. Pelo contrário: a divisão internacional do trabalho tornou-se ainda mais hierárquica, aprofundando os conflitos no comércio mundial.

Os Estados nacionais industrializados, situados nas economias centrais, passaram a rivalizar pelo domínio político e pelo controle econômico de países periféricos, buscando neles matérias-primas, novos mercados consumidores para seus produtos industrializados e áreas com baixos custos de produção para a atuação internacional de suas corporações.

Bretton Woods e a hegemonia consentida dos Estados Unidos

As disputas comerciais entre potências centrais que buscavam a liderança no sistema interestatal — como Reino Unido, França, Holanda, Alemanha e Itália — resultaram em importantes eventos históricos, como o redesenho das fronteiras africanas na Conferência de Berlim (1885) e as duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945). Esses conflitos evidenciam como a busca pela hegemonia impacta a geografia política e econômica global.

Somado a isso, a Grande Depressão iniciada pelo *Crash* da Bolsa de Nova York em 1929 revelou as fragilidades do liberalismo econômico baseado na autorregulação dos mercados. O contexto de retração econômica e aumento do desemprego levou os Estados Unidos a adotarem a Lei Tarifária Smoot-Hawley: com a expectativa de proteger sua produção e empregos, impôs altas tarifas sobre produtos importados. Contudo, a retaliação de outros países agravou a crise, reduzindo ainda mais o comércio internacional e ampliando o desemprego nos próprios EUA. Essa experiência negativa influenciou a redefinição das regras do comércio internacional após a Segunda Guerra Mundial.

O fim da Segunda Guerra marcou a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica global, consolidando sua liderança por meio de instituições supranacionais criadas para garantir a paz e a retomada econômica. Em 1944, a Conferência de Bretton Woods reuniu delegados de 44 países para estabelecer um novo sistema monetário e financeiro internacional, pautado na cooperação e na reconstrução econômica. Dessa conferência resultaram o padrão dólar-ouro, que transformou a moeda estadunidense em referência internacional, conversível em ouro; a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial; além do posterior Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Esse arranjo colocou os Estados Unidos no comando da recuperação do bloco ocidental/capitalista, em oposição ao bloco oriental/socialista liderado pela União Soviética durante a Guerra Fria.

Na posição de “banqueiro do mundo”, os Estados Unidos passaram a desfrutar do chamado “privilégio exorbitante” (expressão do economista francês Valéry Giscard d’Estaing), pois podiam financiar seus déficits comerciais por meio da emissão de sua própria moeda, amplamente demandada pelos demais países. Apoiado pelas sucessivas rodadas do GATT, que promoveram a redução de tarifas e o aumento do comércio internacional, o Capitalismo viveu seus “30 anos gloriosos” de forte crescimento econômico e relativa estabilidade.

Contudo, essa trajetória foi abalada na década de 1970, quando novas turbulências afetaram o mercado global. O aumento dos gastos militares dos EUA na Guerra Fria e a elevação dos preços do petróleo — impulsionada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em retaliação ao apoio estadunidense à criação do Estado de Israel — provocaram uma nova onda inflacionária. Esse cenário evidenciou a contradição apontada pelo Dilema de Triffin (formulado pelo economista belga Robert Triffin): o bom desempenho do comércio mundial exige déficits do país emissor da moeda internacional, mas esses déficits podem fragilizar a confiança no sistema como um todo.



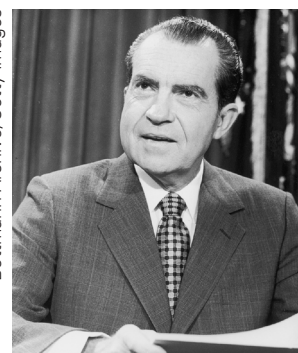
PhotoQuest/Getty Images

Movimento de investidores em busca da venda de suas participações financeiras em contexto da Quebra da Bolsa de Valores de Nova York de 1929.



Bettmann Archive/Getty Images

Delegados de 44 países na “Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas”, que, em 1944, aprova o Acordo de Bretton Woods como baliza central do desenvolvimento do comércio internacional sob centralidade da economia estadunidense.



Hulton Archive/Getty Images

Presidente estadunidense Richard Nixon (1969–1974). Em agosto de 1971, transmitiu em rede nacional de televisão o pronunciamento intitulado “O Desafio da Paz”, em que apresentou a medida de fim da conversibilidade do dólar em ouro e, assim, de rompimento unilateral com as balizas firmadas na década de 1940 pelo Acordo de Bretton Woods.

Da globalização à desglobalização

Em resposta às instabilidades econômicas das décadas anteriores, em 1971 os Estados Unidos romperam unilateralmente com a paridade ouro-dólar e, assim, com o Regime de Bretton Woods. Esse movimento abriu caminho para a globalização neoliberal que, junto ao colapso da União Soviética, consolidou os EUA no comando dos processos de desregulamentação dos mercados, liberalização econômica e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

A partir da queda de barreiras comerciais e da aceleração dos fluxos de mercadorias, capitais e informações, formaram-se as cadeias globais de valor. Nesse arranjo, buscava-se eficiência por meio da especialização produtiva: países produziam aquilo em que tinham vantagens comparativas, reduzindo custos e promovendo o crescimento global. Assim, atividades industriais de menor valor agregado migraram para países periféricos ou emergentes, enquanto inovação, pesquisa, propriedade intelectual e serviços corporativos se concentraram nos países centrais, especialmente nos Estados Unidos.



peresanz/Shutterstock.com

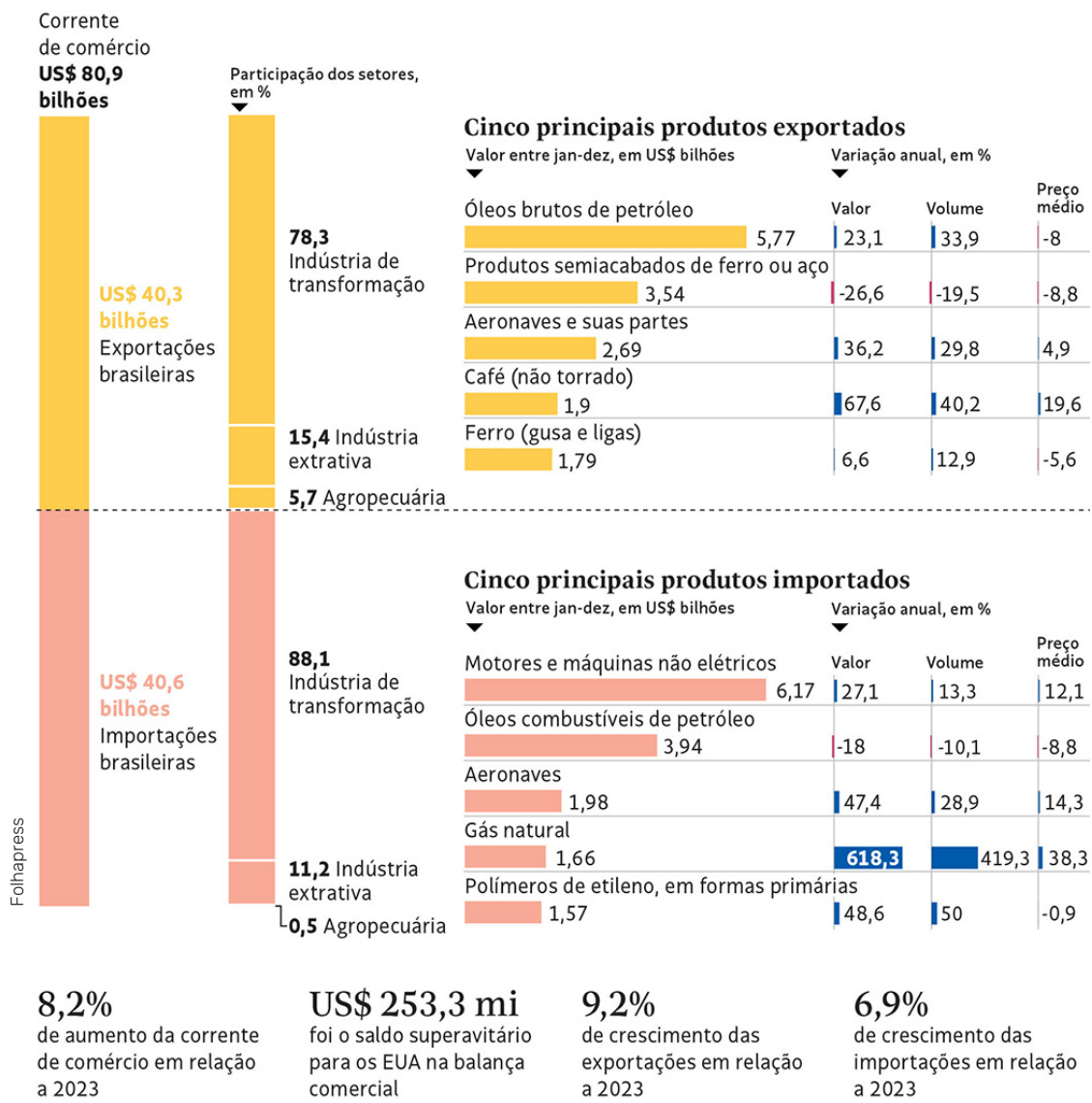
Centro financeiro de Manhattan, de onde Estados Unidos se posicionam como epicentro das finanças globais e, assim, como principal potência e liderança interestatal da globalização neoliberal.

Entre esses serviços, destaca-se o setor financeiro, orientado pela lógica da maximização de lucros de curto prazo para os acionistas. Durante cerca de quatro décadas, os EUA beneficiaram-se amplamente dessa globalização: reduziram custos de produção, aumentaram lucros de suas corporações globais e proporcionaram à sua população um consumo mais barato.

No entanto, a ascensão da China como potência global de novo tipo passou a ameaçar a hegemonia unipolar estadunidense. Após décadas de relativo isolamento, iniciado com a Revolução de 1949, a China promoveu, a partir da década de 1980, uma abertura gradual ao mercado. Esse processo foi impulsionado por acelerada urbanização, industrialização, investimentos em inovação e projeção internacional por meio de iniciativas como a Nova rota da seda.

Diante da perda da liderança tecnológica para a indústria chinesa e do quadro interno de desindustrialização, os Estados Unidos, sob a presidência de Donald Trump, partem do diagnóstico de que estariam subordinados a uma posição prejudicial no comércio internacional para reeditar políticas protecionistas. Além de, com isso, poderem gerar efeitos semelhantes aos provocados pela Lei Tarifária Smoot-Hawley nos anos 1930, também podem intensificar os vínculos comerciais entre países que enfrentam barreiras para acessar o mercado estadunidense – como já ocorre com a aproximação entre China e Rússia após as sanções ocidentais decorrentes da Guerra na Ucrânia.

Mapa da relação econômica entre Brasil e EUA em 2024



Fonte: Comexstat, elaboração Amcham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil)

É sobre esse quadro mais direto que a Guerra Comercial imposta pelos EUA atinge a economia brasileira: dos US\$ 40,3 bilhões exportados, quase 10% referente ao aço enfrenta sobretaxa maior que os 10% impostos de maneira generalizada.

O Brasil também percebeu esses impactos, sobretudo pela sobretaxa imposta pelos EUA sobre o aço e o alumínio, setores nos quais o Brasil foi o segundo maior fornecedor dos Estados Unidos em 2024. Em resposta, a política externa brasileira busca reposicionar o país, investindo em acordos com Japão, China e União Europeia, como mostram as viagens diplomáticas do presidente brasileiro em seguida às medidas protecionistas.

O atual contexto de Guerra Comercial envolve não apenas a instabilidade de indicadores econômicos, mas também incertezas sobre a própria configuração da ordem internacional. O desfecho poderá levar ao fortalecimento da liderança estadunidense em um sistema menos cooperativo e mais unilateral, ao surgimento de uma nova hegemonia chinesa ou a um cenário de multipolaridade, com várias potências disputando áreas de influência.

Sobre o(a) autor(a)



Caio Zarino Jorge Alves é doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atuou como pesquisador visitante na Universidad de Buenos Aires (Argentina), na Vrije Universiteit Brussel (Bélgica) e como pesquisador de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense, onde também foi professor do curso de Graduação em Geografia em disciplinas como "A Geografia dos Blocos Mundiais de Poder".

Competências gerais da BNCC

1, 2, 3, 4, 5, 6

Orientações

A importância do comércio internacional para a economia e a sociedade é tão vital nesta terceira década de século XXI que as interferências e instabilidades nos circuitos globais de mercadorias aparecem como potenciais prenúncios de um colapso eminente das instituições, dos mecanismos e das estruturas que regem a ordem global. Para esta edição do **Articulação** sobre Guerra Comercial, propomos destrinchar esse tema por meio do resgate do longo e conflituoso percurso que a atividade do comércio trilha até alcançar a centralidade atualmente reconhecida para a vida econômica, social e política dos países em todo o mundo.

Como base para uma familiarização com a análise aqui desenvolvida, cabe em primeiro lugar situar a caracterização da Guerra Comercial em termos geopolíticos e geoeconômicos. Em uma aproximação ainda embrionária, a atividade comercial aparece como diversificadora do acesso a itens de consumo variados em cada lugar. Onde a dimensão das trocas está pouco desenvolvida, os produtos consumidos dependem das condições imediatas do entorno em que se vive, ou seja, de condições da escala local: sejam condições naturais de clima, solo e relevo, sejam condições sociais de técnica, de organização e de especialização e divisão do trabalho.

O desenvolvimento das trocas, do mercado e do comércio é, portanto, parte do processo de superação das barreiras e limitações associadas à escala local pela integração de variadas sociedades nas escalas regionais e global, tornando todas as partes envolvidas mais complexas e diversas. Porém, a integração global não se realiza de maneira harmônica e uniforme para todas as partes que se inserem na divisão internacional do trabalho. Ao invés disso, o comércio internacional desenvolve-se por meio de especializações e complementaridades perpassadas por mecanismos de hierarquia, subordinação e dependência entre os diferentes países. Tais características originam disputas que misturam as esferas política e econômica nas relações internacionais, já que cada país tende a buscar a expansão de seus interesses nacionais sobre o sistema mundial.

Sob a operacionalização desses princípios, buscamos percorrer os principais eventos da geografia histórica do Capitalismo quanto a criação, desenvolvimento e transformações dos modelos de organização do comércio mundial ao longo dos séculos. Percorreremos as políticas mercantilistas do Capitalismo comercial, a doutrina liberal associada à Revolução Industrial, o Capitalismo regulado pelos Acordos de Bretton Woods e, enfim, a globalização neoliberal que culmina em nossos dias. Com isso, esperamos fornecer repertório e subsidiar uma capacidade de análise ampla sobre a Guerra Comercial que pauta os debates contemporâneos.

Material complementar

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FRANK, André Gunder. **Reorient**: Global Economy in the Asian Age. Berkeley: University of California Press, 1998.

INDÚSTRIA americana. Produção: Netflix. Direção: Steven Bogner; Julia Reichert. 2019. 1 vídeo (1h50). Documentário.

PODCAST Petit Journal. Locução de: Daniel Sousa; Tanguy Baghdadi. Edições diárias. Disponível em: <https://petitjournal.com.br/>. Acesso em: 11 set. 2025.

WEBER, Isabella. **Como a China escapou da terapia de choque**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

Referências

AGNEW, John. A nova configuração do poder global. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219, maio/ago. 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

CLAYTON, Christopher; MAGGIORI, Matteo; SCHREGER, Jesse. **Putting economics back into geoeconomics**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2005. (Working Paper, n. 33681). Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w33681/w33681.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

FIORI, José Luís. Reagan, Trump e a “destruição inovadora”. In: **Dois meses depois**. Observatório Internacional do Século XXI, n. 10. Grupo de Pesquisa “Poder Global e Geopolítica do Capitalismo”, 2025. Disponível em: https://nubea.ufrj.br/images/Observatorio/Boletim_10_Marco_2025.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. (Coleção Paradidáticos. Série Poder).

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

LOWREY, Annie. **Can Sanctions Stop Russia?** The Atlantic, 2002. Disponível em: <https://www.exploring-economics.org/es/descubrir/can-sanctions-stop-russia/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MALAGUTI, Mirelli. O “tarifaço” e a fragilização do dólar. In: **Desordem no mundo**. Observatório Internacional do Século XXI, n. 11, 2025. Disponível em: https://nubea.ufrj.br/images/Observatorio/Boletim_25-05.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

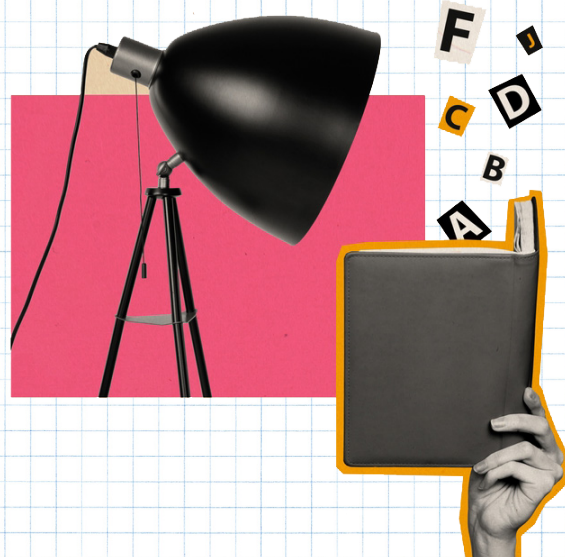
SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WOLF, Martin. The old global economic order is dead. **Financial Times**, 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/49e38ee8-f37e-47da-8ee4-1631175d2224>. Acesso em: 11 jul. 2025.

REFLEXÃO NA PRÁTICA

Conteúdo desta edição

- Política mercantilista e comércio internacional
- Crise de 1929 e reedição de políticas tarifárias
- Bretton Woods e o comércio global
- EUA e unipolaridade do sistema global
- Desglobalização
- Pós-neoliberalismo
- Guerra comercial contemporânea



Roman Samborski/Shutterstock.com,
natrot/Shutterstock.com

Organizando as ideias

- 1** Descreva como as instituições, estruturas e mecanismos derivados dos Acordos de Bretton Woods moldaram a liderança exercida pelos Estados Unidos no sistema econômico internacional da metade do século XX.
- 2** Analise como a globalização neoliberal iniciada nos anos 1980 altera a forma de liderança exercida pelos Estados Unidos na ordem econômica global.
- 3** Comente de que maneiras a Guerra Comercial contemporânea representa ou não a reedição de políticas mercantilistas no século XX.

Debate e reflexão

Para trabalhar a dinâmica sobre as transformações no sistema econômico internacional diante da guerra comercial contemporânea, organize-se com os colegas em quatro grupos. Cada um dos grupos representará um país com perfil econômico particular e inserção específica nas relações internacionais. Os perfis são definidos nos tópicos a seguir. Os grupos deverão discutir a situação do seu país no contexto de transformações do comércio internacional e apresentar quais medidas podem adotar para enfrentar este cenário de modo a não prejudicar seus indicadores econômicos e sociais. Os grupos deverão considerar vantagens/potencialidades e desvantagens/limitações para cada cenário.

País I. Potência hegemônica consolidada na globalização neoliberal ao concentrar $\frac{1}{4}$ da produção global e alcançar a posição de maior importador e segundo maior exportador mundial. No cenário interno, vivenciou processo de desindustrialização e estagnação de empregos. Vê a liderança produtiva e tecnológica relativamente ameaçada por outras potências emergentes. Em resposta a este cenário, impõe tarifas generalizadas de importação sobre produtos para todos os parceiros comerciais, com sobretaxações a países e setores econômicos específicos.

País II. Potência hegemônica em ascensão, se beneficia do deslocamento de plantas fabris de corporações transnacionais para seu território como alavanca de industrialização e urbanização acelerada. Crescente investimento em inovação, pesquisa e desenvolvimento, somado a garantia de demanda via mercado interno de consumo pelo caráter populoso do país, fundamentam despontar do país como liderança produtiva e tecnológica no mundo. Se tornou o maior exportador mundial. É o principal alvo de taxações de “País I”, chegando a patamares que podem inviabilizar transações de, por exemplo, produtos eletrônicos.

País III. País considerado em desenvolvimento/emergente, com destaque na produção e exportação de commodities agrícolas e minerais, com protagonismo regional e atuação em cooperação internacional liderada por “País II”. Passou por processo de “industrialização via substituição de importação” em meados do século XX, tendo conformado um parque industrial de bens de produção e bens de consumo duráveis e não-duráveis. Tinha o “País I” como maior parceiro comercial, posto que passou a ser ocupado pelo “País II”. Sobretaxações especiais sobre insumos industriais como aço e alumínio impactam diretamente sua indústria.

País IV. País desenvolvido, compõe bloco regional em estágio avançado de integração sob a forma de união econômica e monetária, com mercado comum e união aduaneira entre dezenas de países. Devido à especialização produtiva na indústria automotiva, setor em que é o principal exportador global ao “País I”, também se vê impactado pelas sobretaxações específicas.

No vestibular

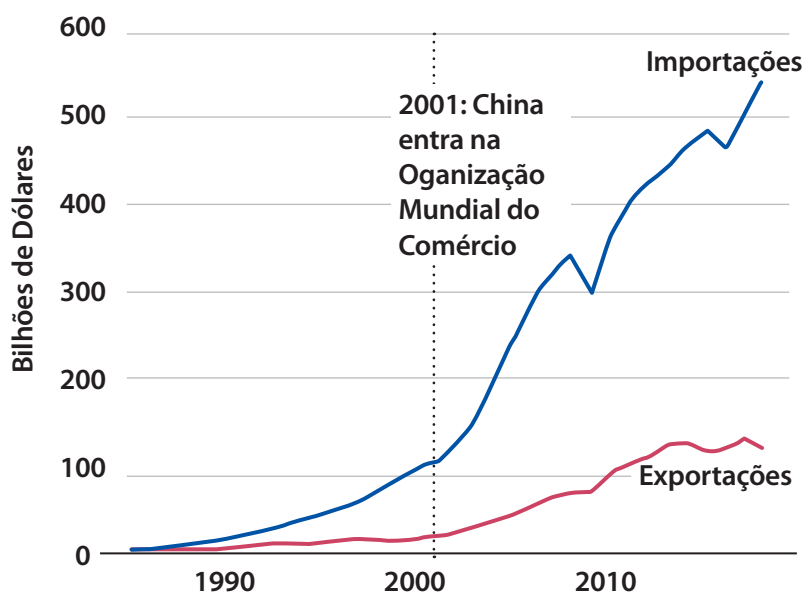
(Fuvest)

China contra-ataca tarifas americanas com uma das armas que mais irritam Trump

O Banco Central da China, no dia 5 de agosto de 2019, permitiu que o Yuan, moeda oficial do país, ultrapassasse pela primeira vez uma barreira de onze anos na relação com o dólar americano. A cotação do Yuan ficou acima de 7 para 1, num claro contra-ataque de Pequim às novas tarifas anunciadas pelo presidente Trump sobre US\$ 300 bilhões em produtos chineses. O mercado teme que a medida provoque ainda mais a ira do presidente Trump, que acusa Pequim de desvalorizar artificialmente sua moeda para impulsionar as exportações. “Devido ao unilateralismo, ao _____ (I) _____ comercial e às tarifas impostas à China, o Yuan se depreciou em relação ao dólar americano, quebrando a barreira dos 7 para 1”, diz nota do Banco Central chinês.

Gazeta do Povo, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/>.

Importação e exportação dos EUA no comércio com a China



Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional/>. Adaptado.

Considerando o excerto e o gráfico, responda:

- A palavra omitida no texto é um conceito que caracteriza a posição dos EUA ao tariffar os produtos chineses. Qual é esse conceito? Responda na folha de respostas.
- Utilizando elementos do gráfico, caracterize a relação comercial entre os EUA e a China.
- Explique como a desvalorização cambial do Yuan influencia a balança comercial entre esses países.

Na hora da redação

Em uma redação sobre a guerra comercial contemporânea, espera-se que o estudante seja capaz de situar a Guerra Comercial desencadeada nas primeiras décadas do século XXI como um ponto de inflexão da ordem econômica internacional. O texto produzido deve demonstrar repertório, capacidade analítica e leitura de conjuntura.

É desejável posicionar as medidas restritivas adotadas pelos governos Trump I e II na longa duração dos processos geopolíticos e geoeconômicos. Por um lado, esses processos alçaram os Estados Unidos à condição de potência hegemônica global ao longo do século XX, seja pela atuação exercida junto a entidades supranacionais de meados do século XX – como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Organização das Nações Unidas, entre outros –, seja pela proeminência financeira operada em meio aos processos de desregulamentação e liberalização econômica que marcam a globalização neoliberal do último quarto do século XX. Mas, por outro, fomentam um quadro de desindustrialização e corrosão de empregos simultânea à emergência da China como nova potência produtiva-tecnológica.

Um esboço de possíveis cenários futuros pode contemplar quadros de reforço a novos nacionalismos, de exercício de uma liderança global estadunidense baseada na coerção em vez do consenso, na ascensão de um multilateralismo em que diferentes potências buscam consolidar seus interesses em áreas de interesse em disputa ou na transição da potência hegemônica entre Estados Unidos e China.

Dica para o professor

Organizando as ideias

1. É importante destacar a importância do padrão ouro-dólar, por meio do qual a moeda estadunidense passa a funcionar como reserva e meio de pagamento para transações internacionais. Além disso, o protagonismo dos Estados Unidos em órgãos multilaterais como Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Organização do Tratado do Atlântico Norte.
2. É preciso identificar o rompimento unilateral do padrão ouro-dólar por parte dos Estados Unidos governado por Richard Nixon em 1971. Disso, desdobram-se medidas de desregulamentação da atividade econômica e liberalização dos mercados como base para aceleração dos fluxos materiais e informacionais que estruturam cadeias globais de valor e enredam a inserção de diferentes pontos do mundo em uma divisão internacional do trabalho especializada, fragmentada e hierárquica.
3. É interessante comentar o paralelo entre a Guerra Comercial contemporânea e as políticas mercantilistas que garantiam a extração de lucro por meio da dominação política envolta nas atividades comerciais dos séculos XVI, XVII e XVIII. Esse controle extraeconômico se assentava na imposição de balanças comerciais favoráveis para a metrópole na relação com colônias, na imposição de tarifas de importação sobre bens com maior valor agregado e em um contexto geral de contenção das trocas com simples base nas leis de oferta e demanda.

 Debate e reflexão

Com a mediação do professor, esta atividade visa destacar o caráter complexo e sistêmico da aplicação de tarifas em um quadro de comércio internacional bastante desenvolvido, em que os países dependem de transações internacionais nos mais variados setores. As medidas adotadas por cada país devem ter como dado comum a perspectiva de garantir emprego, renda e desenvolvimento econômico nesta interface entre contexto interno e externo. Problemáticas devem ser exploradas:

País I – sobretaxações sobre importação gera instabilidade interna pois insumos vindos de fora são necessários para produção nacional, assim como gera encarecimento para o consumo das famílias, recuo de empregos e retração econômica.

País II – Pode impor tarifas retaliatórias, mas estas terão contrapartidas em seu próprio país – como as previstas para o País I; como nova potência, pode protagonizar cooperações internacionais alternativas e o estreitamento de laços com outros parceiros comerciais.

País III – Escalonamento de tarifas por retaliações também pode ter complicações maiores por encarecer importação de produtos com já alto valor agregado, mas pode compor cooperação internacional alternativa em nível regional e global.

País IV – Diferente de ação unilateral de País I, pode apostar na multilateralidade expressa pela intermediação de entidades supranacionais, levando a experiência da atuação no bloco regional já consolidado para a escala global.